



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

**ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA, DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO
PARANÁ, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026.**

MESA EXECUTIVA:

**JORGE TORQUATO JUNIOR
RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE “ad hoc”
NEUZA COSTA SOUZA**

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Maria Lídia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE, ROSANO CUSTÓDIO e ausente o vereador PAULO CEZAR MIYAZAKI, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Neuza Costa Souza e Raidar Ahmad Ali Chehade “ad hoc”. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, convocou o Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade para assumir a primeira secretaria e convidou o Reverendo Adalto para a leitura da mensagem bíblica. O Reverendo Adalto proferiu uma mensagem baseada em Isaías 45, 2 e 3, enfatizando a providência divina em endireitar caminhos e remover obstáculos, e orou pela capacitação dos vereadores e pelo bem-estar da população. Após a mensagem, o Presidente determinou à secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da sessão anterior. Foi lida a Ata da 19ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Assaí, realizada em 23 de junho de 2026, com a Mesa Executiva composta por Jorge Torquato Junior, Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. Não havendo manifestação, a ata foi considerada aprovada. Em seguida, a secretária procedeu à leitura das matérias constantes do expediente: Ofício nº 144/2026, da Prefeitura do Município de Assaí, encaminhando o Projeto de Lei nº 23/2026, que institui a Corregedoria Geral do Município de Assaí, cria a Corregedoria Adjunta da Guarda Civil Municipal e dá outras providências. Encaminhado para a Comissão de Justiça para opinar; Ofício nº 156/2026, de 24 de junho de 2026, de autoria do Prefeito Michel Angelo Bomtempo, referente a transferências especiais decorrentes de emenda parlamentar da Deputada Federal Luísa Canziani, com o objeto de aquisição de máquinas e equipamentos do Ministério da Agricultura e Pecuária, visando a compra de uma pá carregadeira nova para apoio à mecanização agrícola de pequenos e médios produtores rurais. Convite para a 13ª Conferência Municipal de Saúde, a ser realizada em 2 de julho de 2026, às 8h30, no auditório do Colégio CEEP: Ao conhecimento dos senhores vereadores; Parecer da Comissão de Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 20/2026, que institui o Programa de Recuperação Fiscal Refis 2026, relativo aos débitos fiscais para com o município de Assaí. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos de Tomada de Contas, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do Executivo Municipal, que altera a classificação da ação de despesa constante na Lei nº 1.954/2026, referente ao crédito adicional e especial autorizado ao município de Assaí no orçamento geral. Parecer da Comissão de Justiça, Finanças e Educação e Saúde Pública, opinando favoravelmente à aprovação sobre do Projeto de Lei nº 22/2026, de autoria do Executivo Municipal, que institui a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria o Conselho



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. Todos despachado a ordem do dia da presente sessão. Encerrada a leitura e os despachos. Por questão de ordem o Vereador Paulo Hara solicitou que os Projetos de Lei nº 20/2026 e nº 21/2026, já aprovados pelas comissões, fossem votados em uma única discussão e votação. O Presidente colocou em discussão o pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 20/2026. Após chamada nominal, o pedido foi aprovado por unanimidade (8 votos favoráveis). Em seguida, o pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 21/2026 foi também aprovado por unanimidade (8 votos favoráveis). Prosseguindo com a Ordem do Dia, foi iniciada a discussão do Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do Executivo Municipal, que altera a classificação da ação de despesa constante na Lei nº 1954/2026, referente ao crédito adicional especial autorizado ao município de Assaí. Não havendo manifestação, o projeto foi colocado em votação. Após chamada nominal, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos em primeira e única discussão. Em seguida, foi iniciada a discussão do Projeto de Lei nº 20/2026, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Recuperação Fiscal Refis 2026. Não havendo manifestação, o projeto foi colocado em votação. Após chamada nominal, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos em primeira e única discussão e votação. Dando continuidade, foi iniciada a discussão do Projeto de Lei nº 18/2026, de autoria do Executivo Municipal, que dá nova redação a artigos da Lei nº 1753/2021, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. O projeto havia sido aprovado em primeira discussão na sessão anterior. Não havendo manifestação, o projeto foi colocado em votação. Após chamada nominal, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos em segunda discussão e votação. Posteriormente, foi iniciada a discussão do Projeto de Lei nº 19/2026, de autoria do Executivo Municipal, que cria o cargo de provimento em comissão de coordenação do Polo UEL, Assaí. O projeto havia sido aprovado em primeira discussão na sessão anterior. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra para reiterar seu voto contrário ao projeto, mencionando que nunca aprovou cargos em comissão. Ele abordou comentários sobre um cargo que sua irmã ocupa junto a um deputado estadual, esclarecendo que ela está sem salário há um ano e oito meses devido a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) movido pelo prefeito, o que ele considerou uma "armação política". O vereador afirmou que nunca buscou cargos na prefeitura e que o cargo de sua irmã foi concedido por sensibilização do deputado à sua situação. Ele criticou a administração municipal por perseguir opositores e por criar cargos em comissão para beneficiar vereadores ou eleitores, reafirmando seu compromisso com um mandato sério e contra tais práticas. Não havendo mais manifestações, o projeto foi colocado em votação. Após chamada nominal, o projeto foi aprovado por oito votos a um em segunda e última discussão e votação. Por fim, foi iniciada a discussão do Projeto Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 17/2026, referente ao transporte universitário. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, destacando que o projeto visa igualar o auxílio financeiro para todos os cursos universitários, sem distinção de valor. Ele criticou a suspensão do auxílio pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, Igor, antes da votação definitiva do projeto, interpretando a ação como uma ameaça. O vereador leu mensagens do secretário aos alunos, questionando a interferência dos vereadores e sugerindo que o programa poderia ser suspenso. Alessandro Cezar Torquato defendeu o papel legislativo dos vereadores em criar leis para beneficiar a população e argumentou que o município deveria priorizar o pagamento integral do auxílio, em vez de gastar com "viagens de luxo" e "diárias de luxo". Ele citou exemplos de municípios menores que custeiam 100% do transporte sem burocracia e pediu ao secretário que repense sua postura, considerando a dificuldade de pais e alunos em arcar com os custos. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, afirmando a autoria do projeto e explicando que sua motivação foi a situação de alunos de famílias de



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

trabalhadores rurais ("boias-frias") que enfrentam dificuldades financeiras. Ele criticou a postura do Secretário Igor, acusando-o de coagir os alunos e de não buscar o diálogo com todos os vereadores. O vereador Rosano Custódio defendeu a igualdade de direitos para todos os estudantes e alertou que, caso o benefício seja cortado, os vereadores lutarão para derrubar o veto. Ele questionou a prioridade da administração em relação aos gastos e a falta de atenção às necessidades da população. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, reiterando as críticas ao Secretário Igor e à administração municipal. Ele expressou indignação com a suspensão do pagamento do auxílio estudantil pelo secretário, questionando a autoridade do secretário sobre o prefeito. O vereador lembrou que o prefeito havia prometido transporte gratuito em campanha e criticou a priorização de gastos com viagens e cargos comissionados em detrimento do auxílio estudantil. Ele defendeu que o município tem recursos para custear o transporte e que a interrupção do sonho de um jovem é inaceitável. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade fez uso da palavra, classificando a possível suspensão do auxílio estudantil como "covardia" e defendendo a necessidade de ajudar a população de baixa renda. Ele sugeriu a compra de ônibus para o transporte dos estudantes como uma solução mais eficaz. O vereador também aproveitou para reclamar da demora no atendimento do SAMU e da precariedade da estrada do Pau d'Alho, pedindo um tapa-buraco adequado. Ele enfatizou a importância de respeitar os eleitores e atender a todos os cidadãos. A Vereadora Neuza Costa Souza fez uso da palavra, concordando com a importância de debater e melhorar a vida dos alunos. Ela expressou a esperança de que o Secretário Igor não corte o auxílio, considerando a gravidade de interromper o sonho de um jovem. A vereadora defendeu o apoio e o suporte aos estudantes, ressaltando que o estudo é o futuro da cidade e do país. Ela enfatizou a importância do diálogo e do respeito às escolhas dos alunos em relação aos cursos. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, fez uso da palavra, explicando que o projeto visa priorizar pessoas em vulnerabilidade e que o teto financeiro de R\$ 30 mil poderia ser melhor utilizado com a compra de ônibus. Ele mencionou ter conversado com o Secretário Igor, que justificou a suspensão do pagamento como um tempo hábil para recalcular o auxílio com base na nova lei, incluindo o curso de direito e as pessoas mais vulneráveis. O presidente expressou a esperança de que o bom senso prevaleça e que o Executivo atenda às demandas dos vereadores. Não havendo mais manifestações, o projeto foi colocado em votação. Após chamada nominal, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos em segunda e última discussão e votação. No período de Explicações Pessoais: O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, expressando gratificação pela informação de que o projeto do transporte universitário passaria por ajustes e não seria cortado. Ele elogiou a formação de técnicos de enfermagem na cidade e reforçou o pedido do Vereador Raidar sobre a estrada do Pau d'Alho, descrevendo a situação como "horrível" e questionando a diferença de administração em relação a São Jerônimo. Ele criticou a administração por maquiar a realidade com inaugurações e prêmios, enquanto a população sofre com a falta de infraestrutura e apoio. O vereador também criticou o uso da imagem de alunos em telões promocionais sem que estes recebam o devido benefício. Ele finalizou cobrando a aplicação das máquinas rurais nas estradas e a atenção da administração a todo o povo, não apenas a uma parte. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, reiterando as críticas à administração municipal, que ele classificou como "péssima" e que trabalha para si e seus "cupinchas". Ele reforçou a covardia de cancelar o auxílio estudantil e comparou a administração de Assaí com a de São Jerônimo, destacando que o prefeito de São Jerônimo prioriza a população em vez de prêmios e luxos. O vereador expressou indignação com a situação da estrada do Pau d'Alho e a ostentação do prefeito com carro de luxo e viagens internacionais, enquanto a população sofre. Ele criticou a licitação de R\$ 300 mil para viagens internacionais do prefeito e do Secretário Igor, contrastando com a dificuldade em pagar R\$ 30



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

mil mensais para o transporte estudantil. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, questionando o conceito de "cidade inteligente" em Assaí, afirmando que ele existe apenas no papel e não na prática. Ele relatou a insatisfação de moradores do Pau d'Alho com a estrada e criticou a falta de investimento em tapa-buracos, sugerindo que a administração não o faz por não gerar "status". O vereador também criticou a falta de apoio ao esporte, citando a ausência de materiais e vans para atletas, enquanto a administração gasta com viagens e cargos comissionados. Ele apelou aos vereadores para que se rebelem contra o prefeito caso o projeto do transporte estudantil seja vetado. O Presidente Jorge Torquato Junior passou a presidente ao Vice-Presidente, vereador Rosano Custódio e solicitou permissão para usar da palavra. Sendo concedida, fez uso da palavra, ressaltando a aprovação do Refis e a importância dos descontos para a população. Ele evitou comparações com outras cidades, afirmando que Assaí tem qualidades e defeitos. O vereador mencionou o recebimento de R\$ 1,2 milhão para a Secretaria de Inovação e expressou a esperança de que o recurso seja bem aplicado. Ele falou sobre o apoio aos atletas e as moções de aplausos. O vereador também mencionou que o governo amenizou algumas regras do protocolo do GOV, facilitando o acesso aos municípios. Ele finalizou defendendo a inteligência do povo de Assaí na escolha de seus representantes. Retornando à presidência, o presidente Jorge Torquato Junior, deixou livre à palavra ao vereador Raidar Ahmad Ali Chegade, que fez uso da palavra, reforçando a necessidade de investir no esporte local e na realização de campeonatos. Ele cobrou a continuidade do projeto das casas do Grilo, destacando a necessidade da população mais carente. O vereador expressou sua disposição em ajudar o próximo e a importância da saúde. Ele finalizou reiterando a importância da união dos vereadores para resolver os problemas da cidade e a certeza de que o auxílio estudantil não será negado. O Reverendo Adalto fez uso da palavra, informando sobre os projetos sociais da Associação Presbiteriana, que oferece atendimento gratuito com nutricionistas e aulas de reforço em português e matemática para alunos da rede pública. Não havendo mais inscritos para explicações pessoais, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.